



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 38/2022

Período:15/10/2022 - 21/10/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Forças Armadas nas eleições I: jornal avaliou possível posição de um novo governo Lula na área de Defesa
- 2- Forças Armadas nas eleições II: colunistas criticaram demora do Ministério da Defesa em divulgar relatório de auditoria das urnas eletrônicas
- 3- Forças Armadas nas eleições III: Bolsonaro caracterizou urnas eletrônicas como “ultrapassadas” e “antigas”
- 4- Forças Armadas nas eleições IV: Ministério da Defesa afirmou que só entregará relatório sobre urnas após segundo turno
- 5- Proposta de Bolsonaro para aumentar número de assentos no Supremo Tribunal Federal remete à ato institucional da ditadura militar
- 6- Diversos coordenadores regionais da Funai não possuem experiência relacionada aos povos indígenas, entre eles militares

1- Forças Armadas nas eleições I: jornal avaliou possível posição de um novo governo Lula na área de Defesa

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende, caso eleito, alterar a legislação aprovada no governo de Jair Bolsonaro, que passou a permitir que militares da ativa ocupem cargos públicos por tempo indeterminado. Anteriormente, militares da ativa que permanecessem por mais de dois anos em postos civis necessitavam ir para a reserva. De acordo com o jornal, o plano de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) prevê que membros das Forças Armadas se dediquem aos assuntos da Defesa, sua principal finalidade. A *Folha* ressaltou que o petista não busca criar atrito com os militares, embora generais da ativa e da reserva tenham declarado ao periódico que, em um possível novo governo Lula, temem mudanças em três áreas sensíveis: previdência militar; mudanças no currículo de formação nas escolas militares; e novos critérios para a promoção na carreira. A *Folha* também mencionou declarações de Lula a respeito da intenção de nomear um civil para o Ministério da Defesa, despolitizar as Forças Armadas e exonerar “quase 8.000 militares de cargos comissionados”. Entre os nomes cotados para a pasta da Defesa está o de Geraldo Alckmin, vice na chapa de Lula, que o jornal avaliou como tendo uma boa relação com os militares. (*Folha de S. Paulo – Política – 16/10/22*)

2- Forças Armadas nas eleições II: colonistas criticaram demora do Ministério da Defesa em divulgar relatório de auditoria das urnas eletrônicas

Em coluna opinativa no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas questionou mais uma vez o papel do Ministério da Defesa na fiscalização do sistema eleitoral brasileiro e criticou a demora na divulgação de relatório sobre o sistema de votação do primeiro turno das eleições, ocorrido em 02/10/2022. Na avaliação de Freitas, a Defesa está cumprindo um papel oposto daquele que deveria assumir, uma vez que “(...) se coloca, ora como retaguarda, ora como parte ativa na desestabilização geral (...)” promovida pelo governo de Jair Bolsonaro. O jornalista argumentou que tal Ministério adotou uma postura de partidarismo político e quiçá conspiratória. Também em coluna para a *Folha*, o jornalista Elio Gaspari asseverou a inexistência de questionamentos a respeito do sistema de votação e avaliou que o Ministério da Defesa “(...) falou quando não devia, calou-se quando devia falar”, em alusão ao fato da Defesa ter feito coro às suspeitas de Bolsonaro quanto à segurança das urnas eletrônicas e, posteriormente, à demora em divulgar o relatório de auditoria do pleito. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 16/10/22)

3- Forças Armadas nas eleições III: Bolsonaro caracterizou urnas eletrônicas como “ultrapassadas” e “antigas”

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 17/10/2022 o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que “não dá palpite” sobre as urnas eletrônicas, já que sua fiscalização está a cargo das Forças Armadas, mas caracterizou os equipamentos como ultrapassados e antigos, “da geração do final dos anos 90”. O candidato à reeleição declarou que as Forças Armadas são as responsáveis por todas as questões relacionadas à fiscalização das urnas, visto que integram a Comissão de Transparência Eleitoral; mas, segundo Bolsonaro, é unânime a opinião de que “não existe sistema impenetrável, sistema inviolável”. A *Folha* esclareceu que, ao contrário do que declarou o presidente, a tecnologia das urnas é atualizada periodicamente, sendo que, neste ano 39% das mais de 577 mil urnas distribuídas nas zonas eleitorais são do modelo 2020. O *Estado* também explicou que, como previsto, os militares recolheram boletins de urnas através da adoção do uso de amostragem, já que seria inviável recolher os boletins de todas as urnas e fazer uma apuração paralela. No total, foram fiscalizadas 462 seções eleitorais, onde os militares compareceram aos locais designados através de sorteio, e tiravam fotos dos boletins, além da coleta de dados através de um QR code, e então todos os dados foram processados na sede do Ministério da Defesa, em Brasília, onde o Bolsonaro foi acompanhar a apuração das urnas no primeiro turno das eleições. Até o dia 18/10/2022 nenhum resultado do trabalho da Defesa durante a apuração foi divulgado, o que segundo os jornais leva a concluir que nada importante ou urgente foi identificado, justificando a saída conformada de Jair Bolsonaro do Ministério da Defesa com o resultado da apuração. (Folha de S. Paulo - Política - 18/10/22; O Estado de S. Paulo - Política - 18/10/22)

4- Forças Armadas nas eleições IV: Ministério da Defesa afirmou que só entregará relatório sobre urnas após segundo turno

Segundo reportagens dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, determinou no dia 18/10/2022 que o Ministério da Defesa enviasse à corte os

documentos sobre a auditoria das Forças Armadas no processo eleitoral no prazo de 48 horas. Além disso, Moraes pediu que sejam apresentadas as fontes de recursos utilizados para que as Forças Armadas fiscalizem o pleito. Os resultados da auditoria também foram solicitados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A *Folha de S. Paulo* reportou que aliados do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmaram ao periódico que o pedido é amplo e impreciso. Eles argumentam que a fiscalização envolve diversas fases, como a verificação da integridade dos sistemas utilizados na urna e a checagem da totalização dos votos; e ainda acrescentaram que as Forças Armadas não realizam auditoria das urnas, mas sim a fiscalização do processo eleitoral, seguindo as resoluções do referido tribunal. Por outro lado, militares próximos ao ministro da Defesa preferem que o acesso aos relatórios internos da pasta não seja negado, evitando assim um atrito entre o TSE e a Defesa. Os três jornais mencionados noticiaram que, em resposta ao pedido de Moraes, o Ministério da Defesa afirmou no dia 19/10/2022 que só entregará o relatório da fiscalização do processo eleitoral após o fim do segundo turno. O Ministério também negou o envio de um relatório com as conclusões da fiscalização do primeiro turno das eleições ao presidente da República, Jair Bolsonaro (PL). “Devido à atual inexistência de relatório, não procede a informação de que ocorreu entrega do suposto documento a qualquer candidato”, afirmou a Defesa. No entanto, segundo a apuração do *Estado*, o presidente já tomou conhecimento do andamento das atividades dos militares, que não encontraram nenhuma irregularidade durante o primeiro turno. Em editorial, o *Estado* ponderou que há duas possíveis explicações para a resposta do Ministério da Defesa de que o relatório de fiscalização das eleições por membros das Forças Armadas será divulgado apenas 30 dias após o segundo turno: ou os militares são incompetentes para realizar tal tarefa, ou a fiscalização atestou um resultado diferente daquele desejado por Bolsonaro, que busca contestar as urnas em um intento golpista. Na avaliação do jornal, a resistência da pasta da Defesa em divulgar suas apurações leva à inferência de que “as Forças Armadas foram instrumentalizadas em nome do interesse privado de um dos candidatos à Presidência, o incumbente Jair Bolsonaro”. (Correio Braziliense - Política - 19/10/22; Correio Braziliense - Política - 20/10/22; Folha de S. Paulo - Política - 19/10/22; Folha de S. Paulo - Política - 20/10/22; O Estado de S. Paulo - Política - 19/10/22; O Estado de S. Paulo - Política - 20/10/22; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 21/10/22)

5- Proposta de Bolsonaro para aumentar número de assentos no Supremo Tribunal Federal remete à ato institucional da ditadura militar

Os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* noticiaram que o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que, caso seja reeleito, pretende colocar em pauta uma proposta para o aumento do número de assentos no Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16. Embora Bolsonaro tenha negado tal fala posteriormente, os jornais avaliaram que a proposta remete ao ato institucional número 2 (AI-2), da época da ditadura militar (1964-1985), que em 1965 aumentou o número de assentos no STF para garantir ao regime a indicação da maioria na Corte. O jornal *Folha de S. Paulo* entrevistou o historiador Carlos Fico, que lembrou que medidas de intervenção na Suprema Corte também foram tomadas por Getúlio Vargas na década de 1930, quando o número de seus membros foi reduzido de 15 para 11. O historiador ainda afirmou que, na hipótese de Jair Bolsonaro ganhar as eleições, a proposta de alteração no número de assentos no STF poderia chegar ao Congresso Nacional.

Também aventou a hipótese de que, em um eventual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Senado Federal, em sua versão mais conservadora, poderia levar adiante um processo de impeachment contra Alexandre de Moraes, gerando uma “desestabilização completa” nas relações entre os poderes. Em coluna opinativa para a *Folha*, o procurador regional da República e professor de Direito, Marcelo Beckhausen, avaliou que a proposta do aumento do número de ministros do STF “agrave pesadamente a Constituição”, fundamentada no equilíbrio entre os Poderes. O procurador mencionou que é necessário explicar qual seria a diferença entre a proposta e o que de fato ocorreu durante o regime militar, com o AI-2. Além disso, considerou semelhanças com o ocorrido na Venezuela no ano de 2003, momento em que “a Assembleia Nacional determinou que a Corte Suprema passasse de 20 para 32 juízes, indicados por parlamentares partidários do presidente Hugo Chávez”. (Correio Braziliense – Política – 17/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 16/10/22; Folha de S. Paulo – Tendências e Debates – 21/10/22)

6- Diversos coordenadores regionais da Funai não possuem experiência relacionada aos povos indígenas, entre eles militares

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, dos 39 atuais coordenadores regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai), dezessete não possuem em seus currículos nenhuma palavra relacionada aos povos indígenas ou indigenismo. Entre os coordenadores, o jornal destacou a presença de militares das Forças Armadas e de policiais, alguns dos militares com experiência na missão de paz no Haiti e em incursões em comunidades na cidade do Rio de Janeiro. O jornal acrescentou que 25 coordenadores nunca haviam passado pela Funai e chegaram ao cargo durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Atualmente, 16 militares ocupam esses postos. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 19/10/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima